

Realidades que não se contrapõem

O interminável filme de longa-metragem em que se converteu a dívida externa e o balanço de pagamentos do País ingressa agora num capítulo levemente mais otimista do que os anteriores. Importantes personagens do enredo — os bancos estrangeiros — acabam de liberar nova parcela de março de um bilhão de dólares do famoso empréstimo de 6,5 bilhões de dólares acertado recentemente e que, por sua dimensão, ganhou o apelido de jumbo.

A liberação dessa quantia, como já se sabe, embora o Governo não explique muito bem, não se destina a mandar mais dinheiro para o Brasil, mas tão-somente consolidar dívidas antigas, vale dizer, os dólares não chegarão ao País. Eles permanecerão lá mesmo, nos centros financeiros internacionais, para amortizar juros e dividendos.

Dentro da complexa matemática das contas externas, onde o dinheiro entra porém não chega formalmente ao Tesouro, outros três bilhões de dólares vieram dos bancos comerciais, o que permite ao País fechar suas contas deste mês com o superavit de caixa da ordem de 1,7 bilhão. Isto, é claro, se o saldo comercial das exportações atingir os 644 milhões de dólares.

Tudo isso, trocado em miúdos, significa um grande esforço de recuperação e a realização de promessas de organismos internacionais. Mas é, sobretudo, o fruto de

um grande sacrifício interno que se vem fazendo para que a economia brasileira possa voltar a crescer, em taxas mais altas do que os tristes números dos últimos anos. E que volte a crescer sem inflação, com seu séquito de flagelos sociais.

Que o esforço nacional de regularização das contas externas tem sido recompensado nos dá conta um empresário de peso no setor, que é o presidente da Associação de Exportadores Brasileiros, Laerte Setúbal. Ele chega a prever um superavit na balança comercial de março equivalente a mais de um bilhão de dólares, podendo chegar a 1,2 bilhão. A base dessa perspectiva otimista é a continua saída de produtos do porto de Santos, a taxa de alta rotatividade do dólar oficial — já além dos 1.300,00 — e a leve reativação do mercado internacional.

E Setúbal quem recomenda, entretanto, que não se deve confiar apenas no mercado externo, pois essa dependência pode causar sérios problemas à indústria brasileira. E o mercado interno que precisa ser ativado, em todos os níveis, para fazer girar o dinheiro e a produção.

Muito oportuna a lembrança de Setúbal, embora todos os economistas e empresários saibam ser inócuo e até sem sentido fazer uma opção entre mercado externo e mercado interno, como se fosse possível estabelecer uma linha radical de separação. Até os países de grande volume de exportações,

como o Japão e a Alemanha Ocidental, em nenhum momento desejaram de seus mercados internos, que são grandes consumidores de seus próprios produtos.

Bem mais importante do que essa discussão bizantina é atentar para o fato de que as políticas restriccionistas dos EUA e de outros países industrializados representam uma séria ameaça ao emprego de milhares de pessoas, pois as empresas, não podendo exportar e não encontrando mercado interno, por particularidades diversas, só podem mesmo é reduzir sua produção ou fechar suas portas. Agora mesmo, após restringir o mercado norte-americano às vendas de aço brasileiro, os EUA pressionam o Mercado Comum Europeu para restrições às exportações brasileiras de farelo de soja. Registre-se, por ironia, que os EUA e o MCE são rivais e discordantes em quase tudo o que se refere a comércio internacional, e o único ponto sobre o qual se puseram de acordo, nos últimos tempos, foi justamente para prejudicar as exportações de farelo de soja dos países em desenvolvimento, notadamente Argentina e Brasil.

O progressivo acerto das contas externas do Brasil, o aumento das exportações e a ampliação do mercado interno são três realidades que não se contrapõem, mas podem significar, juntos, um estímulo à contenção da taxa inflacionária e ao aumento do desenvolvimento nacional.